

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Isabelle Mariano Izidoro

**PARA ALÉM DO ACESSO: OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E RACIAIS NA  
PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UFJF**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Isabelle Mariano Izidoro, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202273071A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Para Além do Acesso: Os Desafios Socioeconômicos e Raciais na Permanência de Estudantes Cotistas no Instituto de Ciências Humanas da UFJF*, desenvolvido durante o período de Maio de 2025 a Agosto de 2025 sob a orientação de Luiz Flávio Neubert, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 07 de Agosto de 2025.

---

Isabelle Mariano Izidoro

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( x ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

# PARA ALÉM DO ACESSO: OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E RACIAIS NA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UFJF

Isabelle Mariano Izidoro<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga as experiências e os desafios de permanência enfrentados por estudantes cotistas do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, a pesquisa buscou dar voz a sete estudantes, analisando a intersecção entre trajetória escolar, origem social e a vivência acadêmica. Os resultados apontam que a entrada na universidade, embora crucial, é apenas o primeiro passo de uma jornada complexa. As falas dos participantes revelam que a vulnerabilidade é multifacetada, manifestando-se em um "esforço dobrado" para superar as lacunas da educação básica, em dificuldades socioeconômicas constantes e em um significativo peso emocional. A pesquisa conclui que, apesar do papel fundamental das cotas no acesso, as políticas de permanência se mostram insuficientes para suprir as demandas dos estudantes. As sugestões apresentadas por eles indicam a necessidade de um suporte mais humanizado, menos burocrático e que garanta que a presença dos cotistas seja reconhecida, valorizada e apoiada de forma integral durante toda a sua formação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cotas. Permanência Estudantil. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Políticas Afirmativas.

## 1. INTRODUÇÃO

A trajetória educacional no Brasil é um percurso complexo, profundamente influenciado por diversas dimensões sociais e econômicas. O acesso e o sucesso no ensino superior, em particular, refletem a realidade de origem dos estudantes, onde o nível de escolaridade dos pais e as condições financeiras desempenham um papel decisivo. Para uma parcela significativa da população, ingressar na universidade representa um feito notável, dada a existência de barreiras estruturais que limitam o acesso à educação de qualidade desde as etapas iniciais. Nesse cenário, as políticas de cotas emergem como um reconhecimento vital de que a igualdade de acesso ainda é um desafio a ser superado, buscando promover a equidade e democratizar o ensino superior.

No entanto, a discussão se aprofunda ao considerar que, mesmo após o ingresso via cotas, esses estudantes frequentemente continuam a enfrentar os desdobramentos persistentes de suas condições socioeconômicas e raciais. A vivência universitária torna-se, então, um palco onde as desigualdades ainda presentes na sociedade brasileira se manifestam, impactando a permanência e a trajetória acadêmica. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com seu histórico pioneiro na adoção de ações afirmativas, representa um contexto relevante para investigar essas dinâmicas.

Diante deste cenário, o presente estudo busca responder à seguinte questão: Quais os desafios socioeconômicos e raciais enfrentados por estudantes cotistas do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e como esses desafios impactam sua permanência e trajetória acadêmica?

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios socioeconômicos e raciais enfrentados por estudantes cotistas do ICH/UFJF e seus impactos na permanência e trajetória acadêmica. Para alcançar este objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os principais desafios socioeconômicos vivenciados pelos estudantes cotistas do ICH/UFJF.
- Compreender como as questões raciais se manifestam e impactam a experiência acadêmica desses estudantes.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luiz Flávio Neubert.

- Discutir a percepção dos estudantes cotistas sobre o apoio institucional oferecido pela UFJF em relação às suas necessidades.
- Propor reflexões sobre a adequação das políticas de permanência estudantil no combate às desigualdades identificadas.

A relevância deste estudo reside em sua contribuição para o contexto social e acadêmico. Socialmente, busca-se ampliar a visibilidade sobre as realidades enfrentadas por estudantes em universidades públicas, muitas vezes compreendidas apenas por quem vivencia esse ambiente, mas que necessitam ser de conhecimento de toda a sociedade. Academicamente, espera-se que os resultados possam subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas e institucionais mais eficazes, capazes de promover mudanças e transformações que garantam uma formação mais equitativa e justa.

Para a realização deste estudo, será empregada uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes cotistas do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF. Além desta introdução, o presente trabalho está estruturado em três seções principais. A primeira seção aborda a fundamentação teórica sobre desigualdade educacional, ações afirmativas e políticas de permanência estudantil. A segunda seção descreve a metodologia utilizada na pesquisa e apresenta a análise dos resultados das entrevistas. Por fim, a terceira seção consiste nas considerações finais, retomando os objetivos propostos e discutindo as implicações dos achados.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONTEXTUALIZAÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo apresentar as bases teóricas e conceituais que sustentam a presente pesquisa, aprofundando a discussão iniciada na introdução. Serão abordadas as múltiplas facetas da desigualdade social e educacional no Brasil, com um olhar especial para seus impactos em dimensões raciais e socioeconômicas. Em seguida, o foco se voltará para as políticas de ação afirmativa, particularmente a Lei de Cotas, analisando seu papel na democratização do acesso ao ensino superior. Será discutida, ainda, a importância das políticas de permanência estudantil como mecanismos essenciais para garantir a trajetória e o sucesso dos estudantes na universidade. Por fim, este referencial explorará a vivência específica dos estudantes cotistas e as complexidades de sua jornada acadêmica, contextualizando o cenário do ensino superior brasileiro com dados estatísticos relevantes.

### **2.1. DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCACIONAL NO BRASIL: PERSPECTIVAS E MANIFESTAÇÕES**

A compreensão da desigualdade educacional no Brasil e seus impactos na trajetória do indivíduo exige uma análise multifacetada, que transcende a simples observação dos resultados finais. Conforme argumenta José Francisco Soares (2007), a educação integral de um indivíduo vai além dos muros da escola, sendo um dever compartilhado também pela família e pela sociedade (p. 136). O autor propõe que o desempenho e o sucesso acadêmico de um aluno são o resultado de uma intrincada interação entre fatores que englobam o papel da família (com seu capital econômico, social e cultural), as características individuais do estudante e a qualidade e o ambiente da própria instituição de ensino (SOARES, 2007, p. 141). Embora a escola tenha a responsabilidade de promover o desenvolvimento cognitivo e social, sua capacidade de compensar as desvantagens de origem é frequentemente limitada em contextos de profunda disparidade social. Contudo, Soares (2007) ressalta que o efeito da escola é relevante e decisivo, pois intervenções no nível escolar têm um grande potencial de melhoria do desempenho, mesmo que a mudança das estruturas sociais seja um processo de longo prazo (SOARES, 2007, p. 140-141), revelando como a desigualdade opera de forma sistêmica, afetando as oportunidades desde as primeiras etapas da formação.

Em um contexto mais local, a realidade de cidades universitárias como Juiz de Fora ilustram vividamente a persistência dessas desigualdades. Em 2017, uma pesquisa ONU-IDH apontou Juiz de Fora como a 3ª cidade mais desigual entre negros e brancos no Brasil, sendo a mais desigual do Estado de Minas Gerais (FERREIRA, 2023, p. 107). Essa informação ressalta a importância de analisar como a desigualdade racial e socioeconômica se manifesta de forma acentuada no ambiente da cidade e, conseqüentemente, impacta as realidades dos estudantes que chegam à universidade, muitos deles vindos de diferentes contextos, mas imersos nessa dinâmica local.

Aprofundando a compreensão dos múltiplos fatores que influenciam o desempenho educacional, José Francisco Soares (2004) dedica-se especificamente ao efeito da escola. Ele reitera que, embora fatores

extra-escolares como a condição socioeconômica e cultural da família explicam grande parte das desigualdades (SOARES, 2004, p. 83), estudos recentes demonstram que a organização e gestão das escolas podem fazer uma diferença significativa nos resultados dos alunos (SOARES, 2004, p. 83-84). Soares (2004) apresenta um modelo conceitual que detalha as influências externas sobre a escola, incluindo o contexto social e geográfico (como a periferia urbana e a violência), o tamanho da instituição, as regulamentações legais, a capacidade de seleção de alunos (comum em escolas particulares e técnicas, mas ausente nas públicas) e a disponibilidade de recursos financeiros e humanos (SOARES, 2004, p. 85-86). Além disso, Soares (2004) destaca a importância crucial das relações sociais na escola e da cultura escolar, que, por meio de valores comuns e interações entre professores e alunos, moldam o ambiente de aprendizado e podem reduzir as diferenças de desempenho (SOARES, 2004, p. 91). O papel do professor, sua formação e a gestão da sala de aula são elementos-chave (SOARES, 2004, p. 91-92). O projeto pedagógico também é fundamental, definindo aspectos como o tamanho da classe (turmas menores favorecem o aprendizado, especialmente para alunos em desvantagem), a alocação flexível de alunos às turmas, o uso efetivo do tempo escolar e a implementação do currículo e do livro didático (SOARES, 2004, p. 92-93). A avaliação formativa da aprendizagem é apresentada como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do aluno (SOARES, 2004, p. 93-94). A análise de dados brasileiros do SAEB confirma que os fatores escolares podem explicar uma parcela significativa da variação no desempenho dos alunos, mesmo após o controle das diferenças socioeconômicas (SOARES, 2004, p. 97). Contudo, Soares (2004) adverte que, enquanto muitos fatores escolares elevam o desempenho médio, poucos contribuem para a equidade, podendo, em alguns casos, até aumentar as desigualdades (SOARES, 2004, p. 98).

Soares (2007) também aprofunda a discussão sobre os fatores extra-escolares, destacando o papel fundamental da organização social e familiar na melhoria dos resultados educacionais (SOARES, 2007, p. 143). O autor aponta que valores sociais que não valorizam o esforço de longo prazo e as duras condições socioeconômicas e a exclusão social de muitas famílias podem levar à desmotivação dos alunos e ao menor engajamento com a escola (SOARES, 2007, p. 144). Apesar de reconhecer o determinismo sociológico que limita o impacto individual da escola, Soares (2007) apresenta evidências empíricas de que o efeito da escola é significativo. Dados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (Simave) em Belo Horizonte demonstram que, mesmo entre alunos de níveis socioeconômicos semelhantes, há um espaço considerável para melhorias substanciais no desempenho por meio de ações focadas na própria escola (SOARES, 2007, p. 151-152). Soares (2007) ainda detalha que a gestão escolar e o papel do professor são cruciais para a promoção do aprendizado, com a gestão sendo responsável por implantar rotinas e envolver as famílias, e o professor por seu comprometimento e capacidade técnica (SOARES, 2007, p. 153-155). O autor sintetiza fatores de escolas eficazes, como direção competente, metas compartilhadas, ambiente de aprendizagem favorável e parceria família/escola (SOARES, 2007, p. 154). Em sua conclusão, Soares (2007) reafirma que a melhoria dos resultados educacionais demanda uma ação multifacetada, que integre valores sociais, legislação, administração eficiente e políticas escolares baseadas em evidências, com o apoio das famílias (SOARES, 2007, p. 156). O autor enfatiza que, apesar das grandes desigualdades sociais, a escola tem um amplo espaço para ação e pode promover melhorias significativas no desempenho e na equidade, inclusive através do aumento de sua autonomia e de recursos, desde que haja um monitoramento eficaz dos resultados (SOARES, 2007, p. 156-157). Essa perspectiva reforça que a compreensão da desigualdade educacional no Brasil exige um entendimento complexo e soluções múltiplas, e não soluções unicasais (SOARES, 2007, p. 157).

Concluindo a discussão sobre as abordagens para a melhoria escolar, Soares (2004) destaca que a solução para uma escola mais eficaz e equitativa passa pela combinação de perspectivas burocráticas e comunitárias. A visão burocrática busca a racionalidade e eficiência, enquanto a comunitária valoriza as relações e o engajamento pessoal. A integração de ambas é fundamental para construir escolas de qualidade (SOARES, 2004, p. 99-100). O autor enfatiza que o desafio reside em capacitar cada escola a se autoanalisar e transformar, pois as intervenções mais eficazes ocorrem no nível escolar. Ele critica a ausência de avaliação isenta de muitos projetos educacionais no Brasil, que frequentemente se baseiam em ideias simplistas e unicasais. Soares (2004) ressalta que, para as comunidades e alunos em situação de extrema exclusão, é preciso ir além dos serviços escolares tradicionais, propondo a criação de novas organizações que ofereçam um suporte mais abrangente (SOARES, 2004, p. 100).

A desigualdade constitui uma marca historicamente intrínseca à formação brasileira, cujas repercussões se perpetuam e se replicam em diversos campos mesmo diante de políticas de mitigação. Na

esfera educacional, essa disparidade é particularmente evidente, reflete e reforça hierarquias sociais. A compreensão da desigualdade educacional exige o exame de suas múltiplas extensões, com destaque para os fatores socioeconômicos e raciais que cerceiam e impõem barreiras sistêmicas ao desenvolvimento e ao acesso equitativo à educação, conforme apontado por diversos autores (SILVA, 2018; OSÓRIO, 2021). Almeida e Lopes (2020), em sua revisão de literatura, corroboram essa perspectiva ao detalhar que fatores como a escolaridade dos pais, a renda familiar e o status socioeconômico são determinantes para o desempenho acadêmico dos estudantes, reiterando que a escola, por si só, muitas vezes não consegue romper com a lógica da reprodução das desigualdades sociais. Essa realidade é corroborada pelos dados mais recentes, que evidenciam a magnitude das disparidades no acesso e na conclusão das etapas educacionais no Brasil.

## **2.2. O CENÁRIO DE DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL: DADOS E ESTATÍSTICAS**

É dentro dessa complexa teia de influências que as manifestações da desigualdade educacional se tornam evidentes, como se observa nos dados a seguir. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação (IBGE, 2020), por exemplo, revela a discrepância no direito à educação básica: em 2019, enquanto 8,9% das pessoas de cor preta ou parda eram analfabetas, essa taxa diminuía para 3,6% entre pessoas brancas, destacando uma disparidade de 5,3 pontos percentuais. Esse contraste se intensifica em grupos de faixas etárias mais velhas, em que, entre pessoas de 60 anos ou mais, o analfabetismo entre brancos era de 9,5%, e entre pretos ou pardos atingia alarmantes 27,1%.

A problemática da desigualdade não se restringe ao analfabetismo; antes, este é um indicador que evidencia um quadro mais amplo de disparidades no grau de ensino em todo o país. Conforme dados da mesma pesquisa (IBGE, 2020, p. 3), em 2019, menos da metade da população brasileira com 25 anos ou mais de idade — 48,8% — havia concluído o ensino médio, que representa a educação básica obrigatória. Isso significa que a maior parte dos adultos no Brasil ainda não finalizou essa etapa fundamental da escolarização.

Essas diferenças nas etapas introdutórias da educação reverberam diretamente no acesso ao ensino superior, onde a seletividade e as desigualdades se concentram ainda mais. Mesmo que, em 2019, as instituições de ensino fossem frequentadas por 32,4% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos e o ensino superior fosse cursado por 21,4% deles, as informações mostram uma acentuada disparidade racial nesse ingresso. Entre jovens brancos na idade correlata, 29,7% estavam matriculados em cursos de graduação, contrastando radicalmente com os apenas 16,1% de jovens pretos ou pardos que conseguiam atingir esse grau de formação. A desproporção se estende à conclusão: 6,0% dos jovens brancos já possuíam diploma de graduação, enquanto entre pretos e pardos essa porcentagem era inferior à metade, atingindo somente 2,8% (IBGE, 2020, p. 9).

É evidente que o Objetivo 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa aumentar a taxa de frequência líquida para 33% da população de 18 a 24 anos até 2024, foi alcançado em 2019 exclusivamente para pessoas de cor branca (35,7%), o que destaca a urgência em diminuir as desigualdades de acesso no país (IBGE, 2020, p. 9). Adicionalmente, a preponderância da rede privada no ensino superior — com 73,7% dos graduandos matriculados em faculdades particulares em 2019 (IBGE, 2020, p. 4) — salienta a relevância de políticas de inserção nas universidades públicas, como as cotas, para democratizar o acesso e combater a exclusão histórica.

As consequências na trajetória educacional de uma parcela significativa da população são reflexo de obstáculos que se apresentam muito antes, culminando em evidentes diferenças de oportunidade de acesso ao ensino superior. No que se refere aos motivos que impedem o prosseguimento dos estudos, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação de 2019 aponta que, entre os jovens de 15 a 29 anos que não frequentavam a escola e não haviam concluído a formação superior, a necessidade de trabalhar era o principal obstáculo para 39,1%, enquanto as tarefas domésticas e de cuidado de pessoas representavam o impedimento para 12,1%. Este último motivo preponderava notavelmente entre as mulheres (24,7%), enquanto entre os homens a principal justificativa era a necessidade de trabalhar (50,1%) (IBGE, 2020, p. 11). Observando mais de perto o recorte racial, os estudos expõem um contraste ainda mais acentuado: a necessidade de trabalhar era a maior justificativa para o não prosseguimento dos estudos entre pretos e pardos (42,6%), ao passo que para as pessoas brancas a principal causa apontada era a falta de interesse em estudar (29,0%). Somando a esses motivos, outros aspectos para o impedimento dos estudos

classificados por esse grupo etário incluem a falta de dinheiro (8,5%) e questões de saúde (7,5%) (IBGE, 2020, p. 12). Esse cenário também se propaga entre os jovens que não estão ocupados nem estudando ou se qualificando. Em 2019, esse contingente totalizava 24,9% dos jovens de 15 a 29 anos. Novamente, as desigualdades de gênero e de raça se evidenciam: 33,6% das mulheres nesse grupo etário se encontravam nessa condição, contra 16,3% dos homens. Em relação à cor ou raça, 29,8% dos indivíduos pretos ou pardos não estavam ocupados nem estudando ou se qualificando, em comparação com 18,7% das pessoas brancas (IBGE, 2020, p. 15).

### **2.3. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E A LEI DE COTAS: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA**

Mediante a este quadro de profundas desigualdades educacionais, especialmente nas dimensões socioeconômica e racial, as políticas de ação afirmativa emergem como instrumentos essenciais para promover a equidade e democratizar o acesso ao ensino superior. Nesse contexto, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, representa um marco fundamental no Brasil. Instituída com o propósito de garantir a ocupação de vagas em universidades e institutos federais, a lei visa mitigar as desvantagens históricas enfrentadas por estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e, mais recentemente, quilombolas. Embora popularmente denominada 'Lei de Cotas Raciais', seu escopo abrange a dimensão socioeconômica, reconhecendo que a desigualdade educacional é multifacetada e exige reparação para além do aspecto racial (GODOI, 2021; SANTOS, 2021; DESIGUALDADE RACIAL..., 2024). Em 2023, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) foi revalidada e aprimorada, buscando expandir sua abrangência para além das categorias iniciais de estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. As atualizações visam contemplar a complexidade das desigualdades no Brasil, reconhecendo que, dentro desses grandes grupos, existem subgrupos específicos que também enfrentam desvantagens decorrentes de um processo histórico marcado pela escravidão, abolição tardia, mitos de democracia racial e contínua exclusão social e econômica. Entre as principais mudanças, destaca-se a inclusão de quilombolas no sistema de cotas, o monitoramento anual da efetividade da lei, a reorganização do mecanismo de ingresso (que agora prioriza a ampla concorrência antes da aplicação das cotas) e a prioridade em auxílio estudantil para os cotistas em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Lei nº 14.723/2023; DESIGUALDADE RACIAL..., 2024). Essa evolução da legislação ressalta o compromisso contínuo com a diversidade e a busca por uma representatividade acadêmica mais justa.

Nesse contexto de busca por equidade, torna-se essencial direcionar o olhar para o contexto das instituições federais de ensino superior, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A UFJF se destaca por seu histórico pioneiro na adoção de ações afirmativas, tendo implementado seu sistema de cotas em 2006, com base na Resolução nº 16 de 2004 (UFJF Notícias, 2023). Tal medida a tornou a primeira universidade federal de Minas Gerais a adotar essa política, antecipando-se à Lei de Cotas nacional de 2012 e demonstrando um compromisso institucional precoce com a democratização do acesso ao ensino superior. Desde sua implementação, o sistema de cotas da UFJF já beneficiou mais de 30 mil estudantes, refletindo o impacto de sua política inclusiva (UFJF Notícias, 2023). A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFJF, em articulação com a Coordenação de Registros Acadêmicos (CDARA), é a principal instância responsável por regulamentar e operacionalizar o sistema de cotas para o preenchimento de vagas nos cursos de graduação, seja via PISM, SISU ou processos seletivos de Educação a Distância. A normativa mais recente que rege esse processo é a Resolução CONSU/UFJF nº 120, de 18 de julho de 2024, que alinha às diretrizes internas da universidade com as atualizações da Lei Federal nº 14.723/2023 (UFJF, 2024). Atualmente, a UFJF reserva no mínimo 50% das vagas por curso e turno para o Sistema de Cotas, seguindo a proporção de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência do Censo IBGE para o estado de Minas Gerais. Os editais da UFJF, sob a gestão da PROGRAD, detalham os oito grupos de acesso específicos para cotistas, com critérios de renda (até 1 salário mínimo), autodeclaração e condição de pessoa com deficiência. Conforme a legislação recente, os candidatos primeiramente concorrem às vagas de ampla concorrência e, somente se não forem aprovados, passam a concorrer dentro do sistema de cotas (UFJF, 2024; UFJF Notícias, 2025). Para a validação da autodeclaração, candidatos às vagas para negros (pretos e pardos) devem se submeter à Banca de Heteroidentificação telepresencial (UFJF, 2024).

Complementarmente à operacionalização do ingresso, a Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) da UFJF desempenha um papel central na promoção da igualdade, do reconhecimento das diferenças e da

inclusão no ambiente universitário. Ligada à Reitoria, a DIAAF atua na formulação e implementação de políticas, programas e projetos que visam garantir a participação e a acessibilidade de todos os estudantes (UFJF, s.d.a). Uma de suas atribuições cruciais, conforme destacado pela própria universidade, é a gestão das bancas de heteroidentificação. Essas comissões, compostas por servidores capacitados (inclusive com treinamentos promovidos pela DIAAF), têm o objetivo de verificar a veracidade da autodeclaração racial dos candidatos às cotas, seja em processos presenciais ou telepresenciais, sendo um instrumento imprescindível para coibir fraudes e assegurar o direito de quem realmente precisa (UFJF Notícias, 2020; UFJF Notícias, 2022a). Além disso, a DIAAF desenvolve programas e projetos focados na permanência, acolhimento e suporte aos estudantes cotistas (incluindo negros, indígenas, quilombolas, PcD, LGBTQUIAPN+ e em vulnerabilidade socioeconômica), realizando eventos como palestras e rodas de conversa, e articulando ações que combatam o racismo e a discriminação (UFJF, s.d.b; UFJF Notícias, 2025b). Essa atuação da DIAAF se insere em um sistema integrado de apoio na UFJF. A colaboração com a PROGRAD é evidente na formulação e implementação das políticas de acesso e no monitoramento do ingresso. Da mesma forma, a DIAAF trabalha em conjunto com a PROAE (Pró-Reitoria de Assistência Estudantil) para oferecer suporte socioeconômico e psicopedagógico, visando a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes (UFJF Notícias, 2025 c).

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) da UFJF emerge como um pilar essencial na promoção da permanência de estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com base nas diretrizes do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), a PROAE gerencia uma série de programas e bolsas que visam garantir condições dignas de estudo e combater a evasão, como auxílios moradia, alimentação (via Restaurante Universitário), transporte e bolsas de apoio à permanência. Além do suporte financeiro, a PROAE também oferece serviços cruciais de apoio pedagógico e psicológico, reconhecendo a complexidade dos desafios enfrentados pelos estudantes (UFJF, s.d.c; UFJF Notícias, 2023b). Os critérios de elegibilidade para esses programas incluem avaliação socioeconômica e comprovação de baixa renda, e, notavelmente, a PROAE pode priorizar estudantes cotistas, alinhando-se à atualização da Lei de Cotas de 2023 que enfatiza a importância da assistência estudantil para a conclusão bem-sucedida de suas trajetórias acadêmicas.

## **2.4. A VIVÊNCIA DOS ESTUDANTES COTISTAS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS**

A trajetória educacional no Brasil, marcada por profundas desigualdades, culmina na vivência dos estudantes cotistas no ensino superior, um percurso complexo onde os desafios socioeconômicos e raciais persistem mesmo após o ingresso. Para esses estudantes, o esforço é frequentemente dobrado, pois precisam conciliar as demandas acadêmicas com a necessidade de sobreviver e lidar com estruturas que ainda os marginalizam. Compreender essa vivência torna-se crucial para identificar as necessidades latentes e os percalços diários que, muitas vezes invisíveis à sociedade em geral, demandam a atenção das políticas públicas para garantir o suporte necessário à permanência e ao sucesso desses estudantes.

## **3. METODOLOGIA**

Este capítulo descreve a abordagem, os procedimentos e as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados. O objetivo é detalhar o caminho percorrido na pesquisa para que o leitor compreenda como os resultados foram obtidos.

### **3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, buscando aprofundar a compreensão das experiências e desafios enfrentados por estudantes cotistas no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF. O estudo se concentra na interpretação das vivências dos participantes, em vez de quantificar dados, para explorar a complexidade do fenômeno. Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro detalhado (disponível no Apêndice A) e dividido em três blocos temáticos: 1) Trajetória Escolar, 2) Vivência como Cotista na UFJF e Desafios de Permanência e 3) Perspectivas Pós-Formação. O roteiro consistiu em um total de 13 perguntas. As entrevistas foram gravadas

mediante consentimento dos participantes, registrado por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e tiveram uma duração média de 30 a 40 minutos.

### **3.2 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE COLETA A AMOSTRA**

A amostra da pesquisa foi composta por estudantes de graduação que ingressaram por meio do sistema de cotas no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF. A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional e não probabilística, com o objetivo de contemplar a diversidade de cursos do Instituto. Embora o plano inicial fosse entrevistar um estudante de cada um dos oito cursos de graduação do ICH, não foi possível encontrar um estudante cotista do curso de Filosofia que se disponibilizasse a participar. A dificuldade em recrutar um participante para este curso, conforme relatado por alunos e docentes, sugere que a percepção do curso como 'elitista' e com baixa procura por estudantes de baixa renda pode influenciar a escolha dos cotistas, um dado relevante que será discutido nos resultados. Dessa forma, a pesquisa foi conduzida com sete (7) participantes, provenientes dos seguintes cursos: Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, História, Geografia, Ciências da Religião, Ciências Sociais, Psicologia e Turismo.

### **3.3 ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados, de natureza qualitativa, será realizada com base na Análise de Conteúdo, seguindo as etapas propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. O processo de análise se concentrará nas falas dos participantes que se alinham com os objetivos desta pesquisa. As respostas serão codificadas e agrupadas em categorias temáticas que emergiram das entrevistas, buscando identificar padrões, recorrências e desafios comuns nas vivências dos estudantes cotistas. Trechos de falas que se destacam pela sua relevância ou que se assemelham aos relatos de outros participantes serão utilizados para fundamentar e ilustrar a discussão, contextualizando as experiências com as bases teóricas abordadas na fundamentação.

### **3.4 ASPECTOS ÉTICOS**

Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo pode ser consultado no Apêndice B. Esse procedimento garantiu a participação voluntária, o direito de interrupção em qualquer momento e o sigilo de suas identidades. Uma cópia do TCLE foi fornecida a cada participante, enquanto outra foi arquivada pela pesquisadora na secretaria do Instituto de Ciências Humanas (ICH). Para assegurar o anonimato, os nomes dos participantes serão substituídos por pseudônimos em todas as etapas da pesquisa e nas publicações resultantes.

## **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo se dedica à análise e discussão dos dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas. O objetivo é compreender as experiências, os desafios e as percepções dos estudantes cotistas do ICH da UFJF, correlacionando suas vivências com o referencial teórico e as problemáticas levantadas na introdução. A partir das falas dos participantes, buscou-se construir um quadro detalhado que revela as múltiplas camadas de vulnerabilidade e os esforços necessários para a permanência na universidade.

### **4.1. O PERFIL DOS PARTICIPANTES: A INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA E CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA**

A análise dos perfis dos participantes revela que a entrada na universidade, por meio do sistema de cotas, é um fenômeno multifacetado, onde a vulnerabilidade não se manifesta de maneira uniforme. A pesquisa, que buscou entrevistar um estudante de cada um dos oito cursos do ICH, encontrou uma peculiaridade no curso de Filosofia. Conforme observado por uma estudante negra do curso, a baixa procura por vagas permite que estudantes que poderiam se beneficiar das cotas acabam ingressando pela ampla concorrência. Essa

informação, obtida extra-oficialmente, sugere que as políticas de cotas não operam em um cenário homogêneo, mas são moldadas pelas dinâmicas específicas de cada área do conhecimento.

A predominância de estudantes pretos e pardos na amostra - com apenas uma entrevistada se identificando como branca - aponta para uma intersecção evidente entre raça e classe. Contudo, as entrevistas mostram que, mesmo entre aqueles que se beneficiam das cotas, a realidade socioeconômica é diversa. Essa constatação é crucial para a tese de que a vulnerabilidade dentro das cotas é um fenômeno complexo e precisa ser vista em sua totalidade, e não apenas por meio de um único critério. A necessidade de auxílio, seja financeiro, psicológico ou de locomoção, é uma constante na vida de todos os entrevistados, evidenciando que a busca por apoio transcende as diferentes camadas de renda.

A trajetória escolar e familiar dos participantes reforça essa percepção. Todos relataram ter estudado em escola pública durante toda a vida, e muitos mencionaram a baixa escolaridade dos pais. O Entrevistado 1 compartilha que seus pais "não passaram da quinta série", enquanto a Entrevistada 7 descreve que sua mãe iniciou, mas não concluiu, o magistério. O Entrevistado 3, por sua vez, ressaltou que seus pais "sempre me apoiaram e quem mais me ajudam a não desistir, eles falam 'você tem que ser alguém que nós não fomos'".

A entrada na UFJF é percebida como uma conquista que reverbera em toda a família. O Entrevistado 1 descreve o orgulho de seus pais, que "ficam felizes, é uma conquista e tanto, conseguir estudar sendo preto e pobre". A experiência de ser o primeiro ou um dos poucos na família a ingressar no ensino superior é um ponto comum, como destacado pela Entrevistada 6, que é "a única que cursa o ensino superior" entre os irmãos, e pela Entrevistada 7, que se inspira em seu irmão mais velho por ele ter dado "uma volta por cima e conseguido entrar na universidade".

#### **4.2. O "ESFORÇO DOBRADO": A DESIGUALDADE DA BASE EDUCACIONAL E A LUTA POR NIVELAMENTO**

A entrada na universidade, por meio das políticas de cotas, é um primeiro passo crucial, mas os desafios dos estudantes cotistas se estendem para a luta diária por permanência e nivelamento acadêmico. As entrevistas revelam que essa luta não se deve à falta de capacidade, mas sim ao que se pode definir como um "esforço dobrado": a necessidade de repor, de forma autônoma, o conhecimento que não foi solidificado durante o ensino fundamental e médio.

Os participantes descrevem uma clara diferença na base educacional em comparação com seus colegas. O Entrevistado 4 explica:

Na minha escola pública, embora eu tivesse uma base, era muito evidente o quanto muita coisa faz falta, não tive professores bons as aulas eram rasas em conteúdos em sua maioria. E ao entrar aqui tenho que fazer um esforço conteudista por essa base que não foi completa como a de outros que convivo em sala na faculdade.

Essa desigualdade de base se manifesta em habilidades acadêmicas específicas, como a escrita e a pesquisa. A entrevistada 6 relata que só fez sua "primeira redação... no 3º ano do ensino médio", enquanto o Entrevistado 4 confessa que "eu não tenho habilidades de escrita, inclusive academicamente é algo que estou tendo que aprender". O Entrevistado 2 também aponta uma dificuldade prática com as normas da ABNT, que "são necessárias para realizar os trabalhos e por qualquer tipo de erro os professores descontam ponto".

Além da defasagem de conteúdo, a falta de familiaridade com o ambiente acadêmico gera insegurança e o sentimento de não pertencimento. A Entrevistada 6, por exemplo, descreve que os professores partem de um ponto "como se todos estivessem nele, sendo que na realidade não estão". A Entrevistada 7, por sua vez, complementa essa visão ao descrever a "sensação de ser só você por você mesma", reforçando a percepção de isolamento e a necessidade de lutar sem o apoio adequado. Essas percepções impactam diretamente a auto-eficácia e a saúde emocional dos estudantes.

Em suma, o "esforço dobrado" é a manifestação da desigualdade social dentro do ambiente universitário. Os estudantes cotistas são obrigados a gastar tempo e energia para suprir lacunas na

educação básica, um obstáculo que os colegas de ensino privado, em sua maioria, não enfrentam, e que se soma a todos os outros desafios de permanência.

#### **4.3. A LUTA PELA PERMANÊNCIA: DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E O APOIO INSTITUCIONAL**

A permanência na universidade para os estudantes cotistas vai além dos desafios acadêmicos, sendo uma luta diária por condições socioeconômicas mínimas. A necessidade de ter uma renda própria para arcar com os custos de moradia, transporte e alimentação é um obstáculo recorrente, que muitas vezes força os estudantes a conciliar os estudos com o trabalho. A Entrevistada 3, por exemplo, relata sua jornada de trabalho de "domingo a domingo" para ajudar a sustentar a casa, uma realidade que a marcou profundamente no ensino médio.

Essa conciliação impacta diretamente a vida universitária. O Entrevistado 5 afirma que, ao começar a trabalhar, suas notas "caíram um pouco" e ele precisou "reduzir o número de disciplinas" para se manter na cidade. A falta de tempo para se dedicar integralmente aos estudos ou para participar de eventos da universidade, que ocorrem em sua maioria durante o dia, é outro ponto de dificuldade, como destacado pela entrevistada 6. O peso financeiro é resumido de forma contundente pelo Entrevistado 1: "Eu brinco que sou eu, meu passe livre estudantil, os R\$1,40 do RU e um sonho".

Nesse cenário, o acesso à assistência estudantil se torna vital, mas os relatos apontam para um processo burocrático e muitas vezes frustrante. A Entrevistada 7 descreve:

o processo é muito difícil para você conseguir entrar na bolsa de permanência, eu precisei abrir recurso mais de uma vez, fazer uma carta de mais de uma página, quase implorando para passarem a bolsa, e a sensação que temos na hora que estamos fazendo é de se humilhar para ter o mínimo, o que é inadmissível visto que é um direito.

O Entrevistado 4 e a Entrevistada 3 também mencionam a dificuldade em compreender editais e a falta de um guia para orientar os estudantes sobre os auxílios disponíveis, o que pode levar à perda de oportunidades.

Em resposta a essas dificuldades, os próprios estudantes oferecem sugestões de melhorias para a UFJF, com um forte apelo tanto ao apoio financeiro quanto ao emocional. No campo financeiro, a percepção é de que o valor das bolsas não é mais suficiente. O entrevistado 2 ressalta essa limitação de forma clara: "o aluguel aumentou mas a bolsa não aumentou junto, ela não teve uma regulação durante o ano". Em relação ao suporte emocional, a Entrevistada 7 ressalta o impacto da "pressão emocional" e a Entrevistada 3 menciona estar em busca de terapia oferecida pela universidade. O Entrevistado 1 e a Entrevistada 6 também expressam o sentimento de "se sentir sozinho" e a falta de apoio psicológico. As sugestões dos estudantes buscam um processo mais justo e humano, como a proposta do Entrevistado 4 de uma melhor divulgação dos programas para os calouros. A Entrevistada 7 propõe um processo menos burocrático, com uma entrevista como parte da seleção e que o R.U seja gratuito para os cotistas. As falas demonstram que, além do apoio financeiro, os estudantes anseiam por um suporte mais humano, acessível e por uma universidade mais consciente de suas múltiplas realidades, incluindo o bem-estar mental.

#### **5. CONCLUSÃO**

A partir da análise das entrevistas, esta pesquisa demonstrou que a experiência dos estudantes cotistas do ICH da UFJF é marcada por uma série de desafios interligados, que se manifestam em múltiplas camadas. Longe de ser uma jornada homogênea, a realidade desses estudantes é profundamente influenciada pela intersecção entre raça e condição socioeconômica, que define sua vulnerabilidade e a intensidade de sua luta. O conceito de 'esforço dobrado' emergiu como a principal manifestação dessa desigualdade, ilustrando a luta constante por nivelamento acadêmico diante de uma base educacional defasada. Paralelamente, a permanência na universidade é um desafio contínuo, permeado por dificuldades financeiras, obstáculos burocráticos no acesso à assistência estudantil e um peso emocional significativo, frequentemente enfrentado de forma isolada.

Ao dar voz aos estudantes cotistas, esta pesquisa contribui para a literatura acadêmica ao humanizar a discussão sobre as políticas afirmativas. Longe de serem apenas dados estatísticos ou realidades isoladas que quase não existem, as experiências e desafios aqui relatados revelam a complexidade de uma política de inclusão que, embora fundamental, enfrenta obstáculos práticos e emocionais em sua execução. O trabalho demonstra que, para além do acesso, a permanência exige um olhar atento às lacunas educacionais, às dificuldades financeiras e ao bem-estar psicológico, que compõem a realidade diária de muitos desses estudantes. Dessa forma, esta pesquisa serve como um registro das vozes que, muitas vezes, são silenciadas no debate público, reforçando que essa realidade está em todo lugar e as diferentes camadas de desigualdade são sentidas e relevantes na jornada de cada um. O registro dessas vivências ressalta a necessidade de uma política de permanência mais abrangente e humanizada na UFJF, pois, afinal, direitos humanos e dignidade são para todos, e o caminho pode não começar igual, mas é dever que ele seja melhor estruturado para uma jornada mais equitativa.

Diante das complexas realidades expostas, as sugestões apresentadas pelos próprios estudantes cotistas servem como um guia valioso para aprimorar as políticas de permanência na UFJF. As propostas de um processo de assistência estudantil menos burocrático e mais humano, de uma comunicação mais clara sobre os auxílios disponíveis, e da ampliação de programas de apoio psicológico e eventos que contemplem a realidade de quem precisa trabalhar, são um chamado direto à ação. Em última análise, a pesquisa conclui que a universidade, ao lado de sua missão de garantir o acesso, deve urgentemente abraçar o dever de assegurar uma jornada de permanência mais equitativa. Isso implica não apenas fornecer recursos, mas também criar um ambiente onde a dignidade, o bem-estar e as múltiplas histórias dos estudantes cotistas sejam reconhecidos, valorizados e, acima de tudo, apoiados de forma integral. Afinal, a porta para os cotistas pode estar visível, mas a jornada após essa entrada exige um compromisso da universidade em reconhecer e valorizar suas vivências, para que não se sintam invisíveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Grasianny Sousa de; LOPES, Jayane Mara Rosendo. **O que explica o desempenho dos estudantes? Um estudo de revisão**. Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional (IMPA), Fortaleza, v. 1, n. 1, e020004, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e020004>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa>. Acesso em: [3 jul. 2025].

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa de cotas para acesso a universidades federais e a instituições federais de ensino técnico de nível médio; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/lei/14723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/14723.htm). Acesso em: 1 jun. 2025.

FERREIRA, Luan Pedretti de Castro. **“Mas, professora, o segurança e o policial são negros também!”: narrativas docentes sobre o tema da escravização no Ensino de História em Juiz de Fora (MG)**. 2023. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/15498/1/luanpedrettidecastroferreira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. **Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril\\_v58\\_n229\\_p11](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11).

IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 16 p. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 08 maio. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. Observatório de Educação. **Desigualdade racial na educação brasileira: um guia completo para entender e combater essa realidade**. [S. l.]: Instituto Unibanco, [2024]. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 13 maio. 2025.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Brasília, DF: Ipea, 2021. 27 p. (Texto para Discussão, 2657). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240851/1/td-2657.pdf>. Acesso em: 8 maio 2025.

SILVA, Elvia Alvarenga Fagundes da. **Desigualdade educacional e raça no Brasil: análise do período de 2001 a 2015**. 2018. 81 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10695>. Acesso em: 03 maio. 2025.

SOARES, José Francisco. **Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 135-160, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jknBnxwJBZDTH8wLwzK9N9h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOARES, José Francisco. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos**. REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, Madrid, v. 2, n. 2, p. 83-104, jul.-dez. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120207>. Acesso em: 16 jul. 2025.

UFJF. **Boletim de Serviço Eletrônico da UFJF: Legislação 03: Resolução 120**. Resolução CONSU/UFJF Nº 120, de 18 de julho de 2024. Disponível em: [https://www2.uff.br/copese/wp-content/uploads/sites/42/2024/07/Resolucao\\_120.2024\\_Consu\\_UFJF\\_SEI\\_Asinada.pdf](https://www2.uff.br/copese/wp-content/uploads/sites/42/2024/07/Resolucao_120.2024_Consu_UFJF_SEI_Asinada.pdf). Acesso em: 07 jul. 2025.

UFJF. **Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF)**. [Página inicial da DIAAF]. Disponível em: <https://www2.uff.br/diaaf/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF, s.d. a)

UFJF. **DIAAF - Ações Desenvolvidas: Cotas**. [Página sobre ações e cotas da DIAAF]. Disponível em: <https://www2.uff.br/diaaf/acoes-desenvolvidas/cotas-2/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

UFJF. **Minha UFJF: Ações Afirmativas**. [Página sobre ações afirmativas no portal Minha UFJF]. Disponível em: <https://www2.uff.br/minhauffj/acoes-afirmativas/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

UFJF. **Minha UFJF: Assistência Estudantil**. [Página sobre assistência estudantil no portal Minha UFJF]. Disponível em: <https://www2.uff.br/minhauffj/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

UFJF. **Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE)**. [Página inicial da PROAE]. Disponível em: <https://www2.uff.br/proae/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

UFJF. **Regulamento de Matrícula (Resolução 40.2018 CONSU)**. Disponível em: [https://www.uff.br/cdara/files/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_40.2018\\_CONSU-ANEXO-Regulamento-d-e-Matr%C3%ADcula-2019.pdf](https://www.uff.br/cdara/files/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o_40.2018_CONSU-ANEXO-Regulamento-d-e-Matr%C3%ADcula-2019.pdf). Acesso em: 07 jul. 2025.

UFJF NOTÍCIAS. **Bancas de heteroidentificação são ferramentas imprescindíveis**. Juiz de Fora, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www2.uff.br/noticias/2020/10/14/bancas-de-heteroidentificacao-sao-ferramentas-imprescindiveis/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF Notícias, 2020)

UFJF NOTÍCIAS. **Guia do calouro: como funciona a assistência estudantil.** Juiz de Fora, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/16/guia-do-calouro-como-funciona-a-assistencia-estudantil/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF Notícias, 2023 b)

UFJF NOTÍCIAS. **Juntos pela democratização do acesso e pela inclusão na UFJF.** Juiz de Fora, 22 mai. 2025. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2025/05/22/juntos-pela-democratizacao-do-acesso-e-pela-inclusao-na-ufjf/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF Notícias, 2025 c)

UFJF NOTÍCIAS. **Mais de 30 mil alunos ingressaram na UFJF por meio das cotas.** Juiz de Fora, 06 nov. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/06/mais-de-30-mil-alunos-ingressaram-na-ufjf-por-meio-das-cotas/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF Notícias, 2023)

UFJF NOTÍCIAS. **Núcleo de Apoio à Inclusão seleciona 30 bolsistas.** Juiz de Fora, 28 mai. 2025. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2025/05/28/nucleo-de-apoio-a-inclusao-seleciona-30-bolsistas/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF Notícias, 2025 b)

UFJF NOTÍCIAS. **Cotas no SISU: como funciona e quem tem direito?.** Juiz de Fora, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2025/01/14/cotas-no-sisu-como-funciona-e-quem-tem-direito/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF Notícias, 2025)

UFJF NOTÍCIAS. **UFJF reduz fraudes nas cotas através das bancas de heteroidentificação.** Juiz de Fora, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2022/08/25/ufjf-reduz-fraudes-nas-cotas-atraves-das-bancas-de-heteroidentificacao/>. Acesso em: 07 jul. 2025. (UFJF Notícias, 2022 a)

## **APÊNDICE A – Roteiro de Perguntas para a Entrevista**

### **Bloco 1: Trajetória Escolar e Origem Social**

1. Poderia descrever sua trajetória escolar antes de ingressar na universidade? Você estudou em escola pública ou privada?
2. Durante seus estudos anteriores (ensino fundamental e médio), você teve que conciliar os estudos com trabalho ou outras responsabilidades familiares/domésticas? Se sim, como isso impactou sua rotina?
3. Qual o nível de escolaridade dos seus pais ou principais responsáveis? Como você percebe que a formação educacional deles influenciou (ou não) sua própria jornada educacional e suas expectativas em relação ao ensino superior?
4. Você é o primeiro(a) da sua família a cursar (ou a concluir) o ensino superior? Há outros membros da família que já tiveram ou estão tendo essa experiência? Como isso é visto em sua família?

---

### **Bloco 2: Vivência como Cotista na UFJF e Desafios de Permanência**

5. Como tem sido sua experiência geral aqui na universidade, em relação às disciplinas, ao ambiente de estudo e à interação com colegas e professores do seu curso e da UFJF?
6. Você enfrentou (ou ainda enfrenta) dificuldades específicas em relação ao conteúdo das disciplinas ou ao ritmo do curso, considerando sua formação básica anterior? Poderia dar exemplos?
7. Como você avalia seu desempenho acadêmico (aprovações/reprovações, dificuldades específicas)? Você percebe alguma relação entre seu desempenho e sua trajetória escolar anterior ou suas condições atuais de estudo e vida?
8. Você acredita que o fato de ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas impacta sua vivência no dia a dia acadêmico ou nas interações sociais na universidade (com colegas, professores, etc.)? De que forma?
9. Você faz uso dos programas de assistência estudantil oferecidos pela UFJF (como bolsas, moradia, alimentação, passe-livre)? Se sim, você considera essa assistência suficiente para suas necessidades? Em que aspectos ela se torna limitante? Se não faz uso, por quê?
10. Além das questões financeiras e acadêmicas, quais outros desafios (ex: emocionais, sociais, de adaptação) você considera mais significativos para sua permanência e sucesso na UFJF?
11. Se você pudesse sugerir melhorias ou novas ações para a UFJF apoiar os estudantes cotistas, quais seriam?

---

### **Bloco 3: Perspectivas Pós-Formação**

12. Pensando no futuro, quais são seus principais desejos ou planos após a formação na UFJF? (Ex: entrar no mercado de trabalho, continuar os estudos em pós-graduação, conciliar trabalho com estudos, empreender, etc.)
13. Você percebe que a sua formação superior aqui na UFJF, e especificamente a sua experiência como cotista, abre ou modifica as possibilidades que você vislumbra para sua carreira e vida profissional/acadêmica futura? De que maneira?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
*COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP ICH/UFJF*  
JUIZ DE FORA – MG – BRASIL

### NOME DO SERVIÇO DO PESQUISADOR

Pesquisador Responsável: Isabelle Mariano Izidoro

Endereço: Avenida Pantaleone Arcuri, 363 Apt 203- Teixeira

CEP: 36033 090 – Juiz de Fora – MG

Fone: ( 24 ) 993057263

E-mail: [isabelle.izidoro@estudante.ufjf](mailto:isabelle.izidoro@estudante.ufjf)

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “PARA ALÉM DO ACESSO: OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E RACIAIS NA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UFJF”. Neste estudo pretendemos dar voz às experiências vividas e entender como esses desafios impactam a permanência e trajetória acadêmica na UFJF.

O motivo que nos leva a estudar é a necessidade premente de lançar luz sobre as complexas realidades enfrentada por estudantes que acessam o ensino superior por meio do sistema de cotas.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: este estudo adota uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, conduzidas com estudantes cotistas. Cada entrevista terá duração estimada de 45 minutos a 1 hora e será realizada em ambiente seguro e confidencial, conforme a preferência do(a) participante (presencial, vídeo chamada ou telefone). ; RISCOS E BENEFÍCIOS: **Riscos:**

**Desconforto emocional** ao relatar experiências pessoais (*com garantia de: interrupção a qualquer momento, ambiente acolhedor e indicação de apoio psicológico se necessário*).

**Benefícios:**

- **Contribuição direta** para políticas de inclusão universitária; visibilidade das trajetórias cotistas

**RESSARCIMENTO.**

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos do estudo “PARA ALÉM DO ACESSO: OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E RACIAIS NA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UFJF”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Nome Assinatura participante Data

Nome Assinatura pesquisador Data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o ORIENTADOR deste trabalho através dos contatos:

CEP 36036-900 ICH UFJF

E-mail: [luizfneubert@yahoo.com.br](mailto:luizfneubert@yahoo.com.br)

Número: (32)999206016